

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Projeto de pós-doutoramento

**Tremor e cataclisma da segunda natureza - a guerra como modelo de
dessocialização catastrófica do capitalismo**

Marildo Menegat

Período da licença: março de 2022 a fevereiro de 2023

Professor supervisor: **Paulo Eduardo Arantes**

Tremor e cataclisma da segunda natureza - a guerra como modelo de dessocialização catastrófica do capitalismo

1. Introdução

Pretendo desenvolver um breve estudo sobre o lugar da guerra na sociedade moderna. Esta tem servido frequentemente de metáfora e tentativa de representação de inúmeros fenômenos sociais em curso atualmente no mundo. Tal imagem vai desde o esforço de alguém dar materialidade para uma cena de destruição urbana produzida por grandes temporais na era do aquecimento global, até para entender o sentido de uma incursão de policiais numa favela. A recorrência ao *imago* da guerra não é gratuita nem arbitrária, nela está adormecida uma forma abstrata originária, um a *priori*, desta sociedade. O Objetivo do estudo é procurar desvendar a matéria histórica inconsciente que o relâmpago da imagem entrega, sem que o indivíduo (e a sociedade) que a utilizam se deem conta. Esta matéria também permite que se penetre criticamente na forma social e no caráter destrutivo imanente que suas categorias fundamentais guardam.

A tese kurziana da revolução militar dos séculos XIV-XV como *origem do processo concreto de constituição do capital* ((Kurz; 1997: 239-245; e 2014: 101 e ss), é uma das muitas originalidades do seu pensamento. Esta tese tem por base as formulações da revolução militar de autores como Geoffrey Parker (1984). Diferentemente desses autores, porém, Kurz concebe uma relação entre a guerra com armas de fogo e o processo de constituição da economia empresarial moderna - como esfera apartada da vida social -, que a coloca em outra dimensão: a de não ser apenas um fenômeno social isolado em desenvolvimento dentro de uma determinada forma social, mas de ter sido a forma externa que impulsionou a constituição do moderno fetichismo da mercadoria e do dinheiro. Portanto, a revolução militar é vista por ele como um acontecimento que desencadeia a constituição do capital como forma social, isto é, um fator de destruição das velhas relações de coesão e obrigação que o feudalismo abrigava e a imposição inconsciente das relações sustentadas numa ‘fome de dinheiro’ até então inaudita. É aceito como um marco comum que as armas de fogo mudaram a guerra. Menos comum é a

aceitação de que, com elas, o grau de *destrutividade das relações sociais* tornou-se exponencial. A guerra já não é, nesta perspectiva, o que Pierre Clastres (2004) descreveu e analisou nas sociedades primitivas, e pouco guarda do que foi nas sociedades não-modernas da Antiguidade e da Idade Média europeia (cf. Creveld, 2004). Segundo Kurz (2014: 102), a materialidade da parafernália de guerra com armas de fogo possui uma “nova qualidade de máquina destrutiva”, que produz fortes impressões de algo que transcenderia o humano e, ao se transformar numa força multiplicada de um mecanismo impessoal, assumiria um lugar intangível. Ela se tornou a forma demiúrgica da ‘desvinculação’ da economia das demais esferas da vida social. Por isso, *a relação entre a guerra, a formação do Estado e o dinheiro* - e este não mais como uma objetualidade sacrificial, mas como objetualidade de valor (Kurz, 2014: 113) -, é uma daquelas determinações de longo alcance que merecem ser escrutinadas com profundidade.

2. Justificativa/objetivos

É possível, neste quadro categorial, divisar uma relação sacra entre a guerra e o dinheiro que aparece no caráter sacrificial que ambos carregam, apesar de em dimensões distintas. A guerra é o sacrifício que deve se esquecer de si e abandonar o corpo (tal ideia fica muito clara no imperativo de ‘morrer pela pátria’), aceitando tornar a vida uma mera coisa, parte de um mecanismo que a governa independente do desejo e da vontade. Enquanto o dinheiro é a forma abstrata que resulta de uma objetualidade que mudou de conteúdo, guardando agora não mais o sentido abertamente sacro, mas a objetualidade consagrada do espírito em si (da forma valor) que se realizou através de um ritual de sacrifício. Na medida em que o “fetiche moderno do capital foi, [...] um produto da revolução militar dos primórdios da Modernidade” (Kurz; 2014: 102), podemos, então, pensar que a forma valor é o resultado de um ritual social sacrificial que constituiu as novas relações de produção. Esta afirmação pode ser amparada numa passagem dos ensaios de Marcel Mauss e Henri Hubert (1999: 147) sobre a natureza e função do sacrifício, onde eles observam que o “termo sacrifício sugere imediatamente a ideia de consagração”, num amálgama em que “as duas noções se confundem”. Dizem eles, “o sacrifício implica sempre uma consagração; em todo sacrifício, um objeto passa do domínio comum ao domínio religioso”. O sacrifício aponta, portanto, para uma separação entre corpo e alma, matéria e forma. Neste sentido, como foi do soldado que surgiu a proto-forma do

trabalhador da indústria moderna¹, a imposição da categoria trabalho, abstratamente universal, sustentou, na lógica interna imanente da valorização do valor, este sacrifício socialmente necessário para a afirmação de tal processo de abstração real. Como sabemos, a moderna classe trabalhadora tem sua origem nesta mesma época e obedece a critérios hierárquicos e de disciplina semelhantes, apesar de estar num lugar social, referente ao automovimento do dinheiro, distinto daquele dos soldados mercenários. Isso posto, na constituição concreta da moderna sociedade produtora de mercadorias, a guerra foi este ritual que transformou a vida social num processo de produção de ‘abstrações reais’, ao submeter estas relações às obrigações do dinheiro. Este mesmo ponto zero foi transformado mais tarde pela filosofia (desde Descartes) em algo ontológico.

Há neste fenômeno originário, portanto, o caráter de uma grande transformação que carrega estas duas dimensões (externa e interna) de uma mesma estrutura. Todo o período que se estende do séc. XIV ao XVIII é marcado amplamente por este processo violento de constituição das categorias de base desta sociedade, e a guerra foi uma espécie de deus ex-machina na formação deste tempo. Isto implica afirmar que nas categorias de base constitutivas da sociedade se amolda, como um objetivo - ‘um fim exterior’ (Kurz, 2014: 116) -, a força destrutiva da guerra. Se ela de fato impulsionou externamente o processo de ‘desvinculação’ da economia e seu fim em si, guardado na autonomia do dinheiro, pode-se então pensar como – e quando – *a guerra também se tornou um momento funcional, um meio (imanente)*, e não mais um objetivo externo, do automovimento do dinheiro. Dessa maneira, a existência organizada deste arsenal destrutivo não é alheia – e tampouco é o resultado das imposições do progresso intrínseco a uma instituição (no caso,

¹ A figura moderna do soldado remunerado, na forma do mercenário, é também um resultado das transformações em curso com a introdução de armas de fogo na guerra. Creveld (2004: 231) sobre isso observa: “Uma vez confinados em seus quartéis, os soldados e seus comandantes [...] criavam uma cultura própria. Distantes estavam os dias em que eles próprios constituíam a sociedade, como durante a Idade Média”. E, um pouco adiante: “... ser soldado (do alemão *soldat*, alguém que recebia soldo ou pagamento) tornou-se profissão com inúmeros elos internacionais” (2004: 232). Na mesma linha vai Bruyère-Ostells (2012: 10): “No sentido estrito, o termo latino *mercenarius* designa um ‘soldado contratado mediante dinheiro’ ou um ‘doméstico que se paga’”. Em síntese, voltando a Creveld: “Além da evolução militar-tecnológica que lhe deu início, a mudança na forma de guerrear também teve seus aspectos financeiros”. Desse modo, já no século XIII, “os governantes às vezes liberavam os vassalos da obrigação de lutar por eles, exigindo pagamento de um imposto especial ou *scutagium*. As quantias obtidas dessa maneira eram utilizadas na contratação de mercenários, e na metade do século XV, os mercenários já substituíam quase todos os seus predecessores feudais, exceto nos extratos mais altos” (2004: 223-24). A Guerra dos Trinta anos teria sido o auge deste ‘novo’ tipo exército.

o exército, que também é concebido como trans-histórico pela teoria social ilustrada) do Estado – aos desígnios e à dinâmica do capital.

Esta mudança lógica – ou de função – da guerra, permite agora o movimento analítico inverso. Ou seja, é possível tentar desvendar na guerra a violência contida nas categorias de base constitutivas do capital como forma imanente legitimada pela sociedade moderna. Com isso, pode-se entender melhor o sentido deste grande cataclisma (catástrofe) da segunda natureza que são as guerras (e as crises) e a proliferação do uso de sua imagem – em verdade, se está diante de algo que põe tudo a tremer.

Nesta linha de raciocínio, face a pergunta de se seria possível evitar a guerra no capitalismo, atua, como pano de fundo que opera e revela-se numa outra indagação, do mesmo tipo, a seguinte questão: seria possível um controle democrático (autogestionário) e consciente do processo de produção de mercadorias? Controlar a guerra e sua eclosão talvez seja tão absurdo, no capitalismo, como impor um controle social à transformação de valor em mais valor, do dinheiro em mais dinheiro. O cerne da guerra é esta “finalidade exterior” (no sentido de uma intenção inconsciente) constituinte do processo social de abstração que se internalizou como meio - uma funcionalidade que pôde se apresentar como mecanismo de compensação do automovimento do dinheiro em suas crises de valorização. A destruição da guerra é inerente ao movimento da abstração real e suas necessidades de intensificação e expansão. Assim, a guerra não é, portanto, apenas um fenômeno de dominação política e de sujeição dos povos para a expansão do capitalismo. Ela pode ser articulada numa dialética entre o ‘fim externo’, atualizado e modificado em diversas escalas de tempo histórico da imposição do sistema no planeta (e que não pode ser reduzido apenas à dominação ou concorrência entre potências), com as necessidades da guerra na acumulação de capital – como foi o caso da ‘grande crise de desenvolvimento do capitalismo’ (Kurz, 2020) nos anos 1914-45. O paradoxo neste caso é compreender a função de uma produção improdutiva (que é a produção de armas) em termos da acumulação de capital, isto é, de como a produção improdutiva se vincula com a ‘ascensão do dinheiro aos céus’ e o desespero do capital com a sua perda de valor. Da mesma forma em que ela esteve na origem da desincrustação do dinheiro das formas sacrificiais de objetualidade, e impulsionou seu automovimento como objetualidade do valor, ela foi, nos anos 1914-45, o meio que permitiu pôr em ação as bases do fordismo em escala mundial, quando então o fetichismo do capital tornou-se uma forma social total.

A economia de guerra criou então as condições, com as dívidas dos Estados beligerantes, para tornar viável a mobilização – ainda produtiva – do capital ocioso que forçava as portas da acumulação com uma grande desvalorização. Foi ela que permitiu a ‘destruição criadora’, nos termos do capital (Schumpeter), que derrubou estas barreiras e criou as bases do ordenamento para a fase tardia do capitalismo.

Como a regulação política e econômica do fordismo foi, na sua base, um período que se fez possível graças aos investimentos em pesquisas tecnocientíficas germinadas nas duas grandes guerras, estas tornaram-se um caso paradigmático, em que as aplicações militares de inovação tecnológica estiveram voltadas e induziram as possibilidades de expansão da produção de mercadorias para consumo de massa. A Primeira Guerra Mundial, por exemplo, começou usando grandes quantidades de animais como tração para transporte de mantimentos e de tropas e, ao fim, já estava amplamente motorizada. Da mesma forma que a indústria de tanques de guerra na França foi bancada pela Citroen, que logo depois do conflito figurou-se como uma das gigantes na produção de automóveis. A tênue linha que separa a economia civil da economia de guerra, se aplica também, obviamente, às técnicas de produção e as semelhanças da destrutividade de seus produtos. De tal modo que a economia de guerra não mais refluiu depois de 1945, e a destrutividade da guerra manteve-se atuante nas mercadorias produzidas nos principais ramos de produção do fordismo.

A guerra, por tudo isso, deve ser pensada como um modelo de dessocialização catastrófica do capitalismo. Iniciar esta reflexão é um dos objetivos deste estudo.

3. O aporte teórico da discussão

A relação entre filosofia e crítica da economia política sempre foi uma zona cinzenta – ou ela é entendida como um suposto que, portanto, não precisa ser explicado, ou ela é vista como um mal-entendido, que não vale a pena explicar. Nesta pesquisa partimos de uma análise já desenvolvida anteriormente (cf. MENEGAT, 2019), em que a forma da crítica, desenvolvida pela filosofia iluminista, com a entrada do capitalismo em sua fase liberal, no século XIX, perdeu parte de sua força negativa. A crítica social foi, por isso - caso quisesse se manter ativa -, levada a contrapor-se ao Iluminismo ampliando as

fronteiras da filosofia, como forma teórica, na chave de uma metateoria que pudesse suprassumir, como momentos da crítica da sociedade capitalista, elaborações conceituais desenvolvidas por disciplinas particulares (como a economia, a história etc.), produzindo, ao fim, uma percepção sobre a realidade e a verdade distintas daquelas que são próprias ao domínio destas disciplinas positivas não totalizantes. Marx, neste sentido, realizou uma produtiva elaboração de tal quadro de superação. Mesmo assim, permaneceu no meio do caminho em diversos aspectos. O ponto alto dessa elaboração, porém, foi o entendimento de que o moderno processo social é constituído por uma espécie de *sujeito automático* (Marx, 1985: 139), formado a partir de objetivações reais, que são as categorias abstratas que fundamentam o modo de ser desta sociabilidade. Tal concepção de uma dominação impessoal determinada por formas fetichistas, constituídas a partir de abstrações reais, como o valor-mercadoria, o dinheiro, o capital, permite um lugar de análise, relativo a totalidade do processo social, absolutamente novo. Apesar de em diversos momentos da obra de Marx esta elaboração ter ficado, como dito acima, perdida, devido a aceitação de posições comuns ao seu tempo histórico, mais próximas ao liberalismo do que à sua crítica, como a atenção desmedida à centralidade da luta de classes e do progresso – que demonstraram ser aspectos críticos limitados e determinados historicamente ao processo de modernização –, há em Marx formulações teóricas que vão além desses marcos.

Assim, pensar a guerra na chave aqui proposta, é pensar o lugar deste fenômeno dentro do desenvolvimento das categorias básicas constitutivas do capitalismo. Na medida em que o lugar da guerra na sociedade moderna se alterou e se tornou subordinado ao fetichismo do capital - em outros termos, em que a guerra passa de um fator fundante do fetichismo a um elemento determinado por ele, sem que, com isso, a destrutividade desapareça ou seja controlada por decisões racionais (de fato, o que corre é justamente o inverso) -, a sua destrutividade foi naturalizada e, o que é essencial para a crítica do capitalismo, tornou-se um elemento que realiza o sentido histórico desta sociedade (o de ter como finalismo a barbárie). Neste processo, a guerra sofreu uma metamorfose, na qual parece ter sido ‘purificada’ ao se transformar em instrumento do capital. Como no apriorismo que constituiu a sociedade – em que a guerra foi um fator determinante –, o capital, agora, se apresenta por meio de um poder constituinte fetichista, como uma força transcendente que realiza aquela obra. A guerra atual, por conseguinte, como expressão desse poder, possui provavelmente uma congruência lógica com este seu *imago*. Mais

precisamente, ela é o rastilho do governo imanente deste modo de ser do metabolismo com a natureza organizado como produção de valor. Este reposicionamento da guerra, dentro da crítica das categorias fundamentais, nos leva a analisá-la a partir do movimento da reprodução ampliada, descrita por Marx no Livro 3 de *O capital*, em que o fetichismo do capital, como forma totalizada, está posta e atua no próprio processo histórico. Nesse sentido, a guerra, como economia de guerra (a plena substituição da outrora economia teológica cristã, que perdurou da Antiguidade até os séculos XV e XVI (cf. AGAMBEN: 2016), é o produto desta dimensão amadurecida da forma social, que encontrou nela um modelo adequado para o seu desenvolvimento. A corrida armamentista do início do século XX foi, provavelmente, um mecanismo de compensação da acumulação. A relação da produção armamentista com a grande disponibilidade de capital fictício desta época, em que se apresentaram as primeiras manifestações incontornáveis de superacumulação, como expressão do que era, por aquele tempo, ainda um tipo novo de crise, realiza esta mudança de lugar, com seu mandato destrutivo atualizado.

Este aspecto pode ser aprofundado – aqui, nesta proposta de pesquisa, porém, será apenas indicado – na relação da ciência e da técnica como ramos de produção do capital, e seu vínculo estreito com a corrida armamentista. A fixação da ciência como força produtiva se desenvolveu desde a segunda metade do século XIX e precisou da guerra como laboratório de experimentação. A relação explosiva entre estas modernas forças produtivas – principalmente a partir da Segunda Revolução Tecnológica – e as mercadorias tem na guerra mais do que um encontro ocasional, ela é, ao que parece, uma das estruturas básicas modelares do desenvolvimento da forma valor. Esta relação que estrutura parte de toda a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo tardio, fundou a economia de guerra – e foi por ela impulsionada ao seu limite. Portanto, a economia de guerra tampouco é um acaso e capricho de escolhas nacionais. O seu primeiro experimento mais acabado, que se iniciou na Primeira Guerra Mundial, é uma boa demonstração desse lugar privilegiado da guerra como estrutura modelar. Ela foi um método bárbaro - a destruição criativa – utilizado para a adequação de diversas economias nacionais ao plano da competição que o fordismo estava inaugurando. Neste modo destrutivo, comum ao que ocorreu também na acumulação primitiva de capital, residem elementos importantes para a análise da permanência e metamorfoses da guerra, mesmo que deslocada de seu lugar de origem e re-funcionalizada, posteriormente, pelo capitalismo. Ela foi na grande guerra de 1914 uma mistura curiosa do processo de

modernização retardatário em diferentes níveis - da França à Alemanha, passando pela Rússia – com destruição *tout court*. Em *Da Revolução*, Hannah Arendt observou que depois de 1870 as guerras passaram a ser mensageiras de revoluções. Esta ideia, quando pensada na perspectiva da guerra na fase clássica do imperialismo, indica uma dinâmica que pode ser historicamente verificada, como mostra a Comuna de Paris, a Revolução Russa de 1905 e, finalmente, as revoluções alemã e russa do pós-PGM. Todas elas foram acontecimentos associados às guerras - que as havia antecedido. Elas, portanto, não foram apenas a ‘política por outros meios’, como pensava Clausewitz, mas foram também formas estruturantes da dinâmica de desenvolvimento da produção de mercadorias e da financeirização da era fordista.

Entendendo a PGM e a SGM como um único e longo acontecimento, o do parto da mundialização do capitalismo que, para Kurz, engendrou o processo de passagem à forma madura do sistema, a guerra como forma destrutiva, ao ter sido assimilada nesta relação imanente, pelo conteúdo, ou seja, ao ter criado as condições para o investimento e a realização ampliada de uma massa de capital ocioso, criou as circunstâncias para se desenvolver como um modo generalizado de produção industrial e consumo. Se o século XX foi um século de guerras, e estas tiveram sua infraestrutura nas economias de guerra, é razoável pensar que o tempo histórico – e a lógica estruturante deste tempo – foi uma organização destrutiva da produção em que a guerra foi o modelo. Pouco importa se este estado se realizava em guerras quentes convencionais, ou em produção de guerras congeladas, ambas sustentaram a democracia e a massificação do consumo. A verdade que reside na guerra, portanto, parece ser intrínseca ao sistema.

Este debate no marxismo tradicional, o da guerra e suas relações com a sociedade moderna – a economia, particularmente -, foi pensada por diversos autores. Rosa Luxemburg – que é uma das inspirações de Arendt - no seu *Acumulação de capital*, e em outros textos menores, analisa o lugar importante que o armamentismo adquiriu para a economia capitalista da era imperialista. No entanto, Rosa pensa esta relação determinada pelo uso da guerra para a expansão do capitalismo na periferia colonial, e como ‘política por outros meios’ nas relações inter-imperialistas. Quando analisado o papel da guerra na lógica de acumulação, Rosa apresenta algumas formulações importantes, porém restritas, ao afirmar que a corrida armamentista se sustenta exclusivamente em impostos provenientes dos salários. Com isso, ela restringe a análise da economia de guerra e seus

impactos². Outra elaboração importante é a de Natalie Moszkowaska, que mostrava como a criação de um complexo industrial-militar era uma necessidade permanente do capitalismo tardio. Além dessas autoras, Ernst Mandel deu um espaço significativo ao papel da ‘economia armamentista permanente’ em *O capitalismo tardio*, assim como, Baran e Swyzee, no seu *Capitalismo Monopolista*, em que discutiram a função incontornável dos gastos permanentes de guerra numa economia de superacumulação. Em todas essas análises, a guerra é a política por outros meios e, parcialmente, a economia em suas necessidades imanentes, mas nunca o aspecto sombrio dissociado do valor aqui pensado.

Mas, se a guerra é o modelo presente no planejamento estatal – que nada mais é, nas palavras de Lênin, do que um ‘mecanismo de direção social da economia’ -; se é o motivo forte do complexo industrial militar, como base da industrialização fordista e; se é a arquitetura econômica das dívidas, com o uso intensivo do capital fictício e do financiamento da infraestrutura que o desenvolvimento do fordismo exigiu, é, no entanto, no conceito de guerra total que ela realiza com toda intensidade o tremor e cataclisma da segunda natureza. Na guerra total a guerra está por todos os lados. Ela realiza uma unificação total das forças da sociedade e as mobiliza para os fins de produzir a destruição – até o último homem. É uma decisão de vida ou morte cujo ritual, como foi visto, não foi apenas uma característica do nazi-fascismo e do stalinismo, mas foi também vivido intensamente na formação dos exércitos das democracias ocidentais (EUA, Inglaterra e França) - na transformação do trabalhador disciplinado em soldado engajado na defesa da pátria (cf. MOSSE, 2019). E foi a experiência destas guerras (a PGM e a SGM), que estiveram diretamente ligadas à transição às formas maduras das categorias fundamentais

² No *Anti-During*, Engels (1979: 146) faz a seguinte observação: “No começo do século XIV, a invenção da pólvora passou dos árabes para os europeus ocidentais, revolucionando, desse modo (...) todos os métodos de guerra. E a introdução da pólvora e das armas de fogo não foi precisamente um ato de violência, mas um progresso industrial e, portanto, um progresso econômico. A indústria não perde seu caráter de indústria por se destinarem os seus produtos a destruir e não a criar os objetos. E a adoção das armas de fogo não somente revolucionaram os métodos de guerra, como também as instituições políticas de poderio e de dominação. Para conseguir pólvora e armas de fogo, faziam falta indústria e dinheiro, e ambos (...) elementos estavam em mãos da burguesia da cidade”. Em resposta ao sentido desta passagem, Kurz escreveu (1997: 241): “Pode-se conceder plenamente ao materialismo histórico que a maior e principal relevância não coube a simples mudança de ideias e mentalidades, mas ao desenvolvimento no plano dos fatos materiais concretos. Não foi, porém, a força produtiva, mas, pelo contrário, uma retumbante força destrutiva que abriu caminho à modernização, a saber, a invenção das armas de fogo”.

do sistema, que iniciaram a corrida nuclear e, ao fim, realizaram seu intento absoluto de horror.

As bombas nucleares já não são meras bombas, mas artefatos tão poderosos de extermínio em massa para os quais nos falta qualquer força e capacidade de representação (ANDERS, 2002). Este tipo de morte e destruição tem pouco a ver com o da guerra - no sentido clássico clausewitziano -, assim como, o Estado que adentra nesta modalidade de poder já não pode ser pensado - mesmo que isso tenha sido desde sempre uma ilusão – a partir de relações contratuais, em que o cidadão e a sociedade se apresentam como fontes da soberania. Ele é um fenômeno de mudança muito profunda tanto na química da terra, com o uso industrial da radioatividade, como pelo poder soberano que os artefatos nucleares representam. A sociedade que deu este passo já não pode assegurar a existência humana em formas sociais, porque o mundo, equilibrado por tensões nucleares, já não está habitado. Que ele não tenha sido ainda precipitado não garante nada. A diplomacia funcionou nos modelos de guerras regulares, mas para a guerra de extermínio total já não existe sequer o espaço do diálogo. O fracasso da diplomacia indica neste caso que todos os Estados que têm a bomba são totalitários (ANDERS, 2006), mesmo que mantenham a aparência democrática, pois este tema jamais poderá ser tratado e decidido por cidadãos comuns num pleito eleitoral. Esta situação, possivelmente, indica que, após as duas grandes guerras do séc. XX, a guerra total manteve-se como modelo de mobilização total de produção civil (a produção em massa do capitalismo tardio) e que, uma vez iniciada a sua crise estrutural, ainda nos anos 1970, o tempo desta crise se apresenta como um precipitar de guerras suspensas pelo tempo do fim do sistema. Elas são um dos modos fenomênicos dessa dissociação catastrófica do sistema. Nestas modalidades de guerras, agora não mais clássicas e regulares, mas predominantemente irregulares (a primeira formulação desta concepção de guerras surgiu com a ameaça da guerra nuclear), a imposição totalitária do mercado, da existência única determinada pela mercadoria e pelo dinheiro se efetiva.

4. Cronograma

A pesquisa deste estágio de pós-doutoramento é essencialmente bibliográfica, inicia-se em março de 2022 e conclui-se em fevereiro de 2023. Ela permitirá a elaboração de um relatório que servirá de base à escrita de alguns ensaios sobre este tema.

5. Referências bibliográficas

ANDERS, G. **L' Obsolescence de l'homme – sur l'âme à l'époque de la duxieme révolution industrielle**. Paris: Editions Ivrea, 2002.

ANDERS, G. **La menace nucléaire – Considerations radicales sur l'âge atomique**. Paris: Le Serpente à Plumes, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. **O reino e a glória**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo: Ática, 1988.

BARAN, Paul e SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista – ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

BRUYÉRE-OSTELLS, Walter. **História dos mercenários – de 1789 aos nossos dias**. São Paulo: Contexto, 2012.

CLASTRES, Pierre. “Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas”. In: **Arqueologia da violência**. São Paulo: Casac & Naify, 2004, pp.229-270.

CLEVERT, Martin van. **Ascensão e declínio do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ENGELS, Friedrich. **Anti-During**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor – linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política**. Lisboa: Antígona, 2014.

KURZ, Robert. “A origem destrutiva do capitalismo”; in: **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 239-245.

KURZ, Robert. **A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global**. [S. l.], n. 28, p. 55–

115, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24388>. Acesso em: 9 set. 2021.

KURZ, Robert. **A democracia devora seus filhos**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. L-I. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. L-III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAUSS, Marcel e HUBERT, Henri. "Definição e unidade do sistema sacrificial". In: **Ensaio de sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1999; pp. 141-187.

MENEGAT, Marildo. *O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto*, in: **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MOSSE, George L. **La nacionalización de las masas**. Madrid: Marcial Pons, 2019.

MOSSE, George **Le origini culturali del terzo Reich**. Milano: Editoriale Diario, 2006.

MOSZKOWSKA, Natalie. **Contribución a la dinámica del capitalismo tardio**. Mexico: Siglo XXI, 1981.

PARKER, Geoffrey. **The military revolution – military innovations and the rise of West 1500-1800**. Cambridge: University Press, 1996.

SCHMITT, Carl. **O nomos da terra no direito das gentes do jus publicum europeum**. Rio de Janeiro: Editora da PUC, 2014.

SCHMITT, Carl. **La notion de politique**. Paris: Flammarion, 1992

SCHMITT, Carl. **Théorie du partisan**. Paris: Flammarion, 1992.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados Europeus**. São Paulo: Editora USP, 1996.